

Minicurso sobre A ÉTICA NEOLIBERAL

Prof. Dr. Alessandro Pinzani (UFSC)

O discurso neoliberal vem sendo extremamente bem sucedido ao longo das décadas entre o eleitorado (até mesmo entre votantes de esquerda) e surpreendentemente também entre os grupos que eram e são diretamente mais afetados pelas reformas do Estado social, que foram introduzidas e justificadas através de argumentos neoliberais. Quais foram as causas desse triunfo? Por que os eleitores abraçaram tão entusiasticamente propostas políticas que prometiam cortes nos serviços públicos e no Estado social, e que, portanto, reduziriam benefícios e forçariam os cidadãos a diminuir suas demandas sobre o Estado? Para responder a essas questões devemos focar na visão *ética* que subjaz às fórmulas políticas e econômicas neoliberais.

O neoliberalismo é geralmente definido como ideologia, como doutrina econômica, como estratégia de governar ou como meio de moldar sujeitos, mas raramente ou nunca como doutrina ética. Argumento que as razões para o seu sucesso entre os eleitores e as pessoas “normais” serão encontradas precisamente no seu conteúdo ético. Neoliberais têm uma ética, i.e., têm uma concepção de como uma vida boa deveria ser, e é essa concepção que atrai tantas pessoas. Devemos, portanto, tentar compreendê-la, se desejamos dar um passo além das críticas estereis atuais contra o neoliberalismo (sua brutalidade, frieza, indiferença para com o sofrimento social, etc.) e – acima de tudo – se quisermos começar a lutar efetivamente contra sua influência sobre as pessoas.

Primeira aula (dia 17/05)

A ética neoliberal em sua formulação mais sofisticada: Hayek, Becker e Posner

Existem duas versões da ética neoliberal. A primeira é mais sofisticada e é defendida por autores como Hayek ou Becker. Nessa versão, ser uma pessoa significa ser capaz de desenvolver um plano de vida e agir de acordo com ele. Todo indivíduo tem essa capacidade e toda ação que toma é resultado de sua livre escolha, enquanto nenhuma coerção é exercida contra ele por outros. Por coerção esses autores entendem uma ameaça de violência física contra a própria pessoa, ou contra pessoas e coisas que ela aprecia. Ao mesmo tempo, a liberdade deve ser entendida somente como a ausência de coerção como definida acima, portanto num sentido meramente negativo (como liberdade de interferência). Sob essa definição muito restritiva todos os indivíduos supostamente devem agir livremente quando não submetidos a coerção. Por isso, supostamente, eles devem ser totalmente responsáveis pelos resultados de

suas ações. Essa é a primeira intuição moral básica do neoliberalismo: todos devem ser considerados completamente autônomos em suas ações, contanto que nenhuma coerção aberta tenha sido exercida, e, como consequência, todos devem ser considerados completamente responsáveis por suas ações e seus resultados. Uma segunda intuição leva a crer que os indivíduos obedecem majoritariamente à racionalidade econômica. Se ser humano significa desenvolver um plano de vida, então significa também primeiramente desenvolver interesses e objetivos e, em segundo lugar, desejar obter os meios para atingi-los. Todo objetivo pode ser reduzido à lógica da economia, de acordo com a qual as pessoas tendem a minimizar o próprio esforço e maximizar os resultados. Através de uma análise de textos de Hayek e de Becker e Posner tentaremos ver em que maneira os teóricos neoliberais desenvolvem sua ética a partir dessas duas intuições.

Bibliografia primária:

BECKER, Gary; POSNER, Richard. *Uncommon Sense. Economic Insights, From Marriage to Terrorism*. Chicago: Chicago University Press, 2009 (seleção de textos).

HAYEK, Friedrich A. von. *The Constitution of Liberty*. Chicago: Chicago University Press, 2011 (trad.: *Os fundamentos da liberdade*. São Paulo: Visão, 1983) (capítulos I, IX e XIX).

Segunda aula (dia 18/05)

De Malthus a Murray: neoliberalismo “vulgar”

A versão grosseira da ética neoliberal é baseada num princípio bem simples, na verdade tão simples que muitas vezes soa simplista, mas precisamente por isso é facilmente entendido por todos e pode oferecer uma boa base para políticas específicas que visam o desmantelamento do Estado de bem-estar. Por isso, é também mais presente no discurso de políticos e estadistas do que sua versão mais sofisticada, que acabamos de conhecer. Essa versão grosseira afirma que cada um é responsável por sua própria vida e situação socioeconômica. Desse princípio deriva um corolário que é relevante por suas consequências políticas: o Estado não tem direito moral de pegar o dinheiro dos contribuintes (i.e., dinheiro ganho por pessoas “responsáveis” através de trabalho duro) e redistribuí-lo para pessoas que *preferem* viver de benefícios ao invés de trabalhar. Todos deveriam ser deixados livres para decidir se querem contratar seguros contra possíveis problemas (e.g., desemprego, doença, desastres naturais), sem serem forçados a pagar o Estado por um serviço no

qual não estejam interessados, e, sobretudo, sem ter que pagar por benefícios estatais para pessoas que nem sequer ganham suas vidas autonomamente.

Essa versão extremamente rudimentar das duas intuições morais centrais do neoliberalismo tem sido defendida por comentaristas num grande número de colunas de jornais e debates televisivos, por autores de manuais de gestão e autoajuda, mas também em livros com ambições acadêmicas publicados por *think tanks* conservadores e em obras que se pretendem científicas, como os escritos de Charles Murray, cujo inspirador é Malthus. Portanto, analisaremos primeiramente métodos e premissas da posição de Malthus, que é o paradigma dos teóricos que defendem a versão rudimentar da ética neoliberal. Em seguida, passaremos a analisar a obra de Murray e a considerar suas conseqüências concretas sobre propostas de lei como o documento intitulado *Rumo a um Código de Responsabilidade Social e Familiar*, que o governo da Nova Zelândia enviou para todas as famílias do país em 1998.

Bibliografia primária:

MALTHUS, Thomas R. *An Essay on the Principle of Population*, Cambridge: Cambridge University Press, 1992 (pp. 13-29; 207-230).

MURRAY, Charles. *Losing Ground. American Social Policy 1950-1980*, Basic Books, New York, 1984 (chapter 12 “Incentives to Fail I: Maximizing Short-Term Gains”, pp. 154-166; chapter 14 “The Destruction of Status Rewards”, pp. 178-191; chapter 16 “The Constraints on Helping”, pp. 205-218).

Terceira aula (19/05)

Leituras críticas

Na última aula discutiremos alguns dos autores que analisaram o discurso “ético” neoliberal, ainda que nem sempre eles tenham usado esse termo. Leremos textos de Foucault, de Boltanski e Chiapello e de Wacquant, mas – mais em geral – apresentarei várias leituras e interpretações do neoliberalismo como “doutrina ética” e não meramente como ideologia ou como doutrina econômica.

Bibliografia primária:

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999 (trad.: *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Fontes, 2009) (seleção de textos).

FOUCAULT, Michel. *The Birth of Biopolitics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008, 129-157 e 267-297.

WACQUANT, Loïc. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. *Social Anthropology / Anthropologie Sociale*, 20/1, 2012, 66–79 (trad.: WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. In: *Caderno CRH*, 25/06, 2012, 505-518).

Bibliografia secundária

Leituras prévias recomendadas:

MUDGE, Stephanie L. The State of the Art. What is Neoliberalism? *Socio-Economic Review*, 6, 2008, 703–731.

HARVEY, David. *Neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008 [A *Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005]

STEDMAN JONES, Daniel. *Masters of the Universe. Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

Autores neoliberais ou próximos do neoliberalismo

BRITTAN, Samuel. The Economic Contradiction of Democracy. *British Journal of Political Science*, 5/2, 1975, 129-159

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom. The Fortieth Anniversary Edition*. Chicago: Chicago UP, 2002 (“Introduction” and “The relation between economic freedom and political freedom”, 1-21).

HARRIS, Ralph. Interview with Lord Ralph Harris for the PBS Series *Commanding Heights* (consultável em: http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitext/int_ralphharris.html)

Outros autores que analisam o neoliberalismo

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, 34/6, 2006, 690-714

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. London: Verso, 2013 (capítulo 9: Manufacturing the Neoliberal Subject, 255-299).

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014 [*The Crisis of Neoliberalism*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2011].

FERGUSON, James. The Uses of Neoliberalism. *Antipode*, 41/1, 2009, 166-184.

- LARNER, Wendy. Neo-liberalism: Policy, Ideology, Governmentality. In: *Studies in Political Economy*, 63, 2000, 5-25 (LARNER 1).
- LAZZARATO, Maurizio. *The Making of the Indebted Man. An Essay on the Neoliberal Condition*. Los Angeles: semiotext(e), 2012.
- MITCHELL, Don. Property Rights, the First Amendment, and Judicial Anti-Urbanism: The Strange Case of *Hicks v. Virginia*. *Urban Geography*, 26, 2006, 565-586.
- PASSAVANT, Paul A. The Strong Neo-liberal State: Crime, Consumption, Governance. *Theory and Events*, 8/3, 2005.
- PECK, Jamie. Remaking Laissez-Faire. *Progress in Human Geography*, 32/1, 2008, 3-43.
- PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing Spaces. *Antipode*, 34/3, 2002, 380-404.